

上訴案第 504/2023 號

日期：2024 年 2 月 7 日

主題： - 交通意外
- 緩刑
- 行為可譴責性
- 事實事宜的質疑
- 企業主的工資
- 租金的損失
- 長期部分無能力的損失

摘 要

1. 倘可預見行為人受到刑罰的威嚇和譴責後，即會約束自己日後行為舉止，從而不再實施犯罪，以及即使徒刑被暫緩執行，亦不致動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，無削弱法律的權威和尊嚴，法院得考慮對嫌犯適用緩刑。
2. 上訴人在造成交通事故後，尤其是受害人處於昏迷狀態之後，擔心其曾經飲酒的事實敗露而大量飲用飲料意圖稀釋體內酒精濃度。雖然上訴人的在受酒精影響下駕駛的重過失行為已經被構成犯罪的要件使用不能再次被衡量，包括判處《道路交通法》第 96 條第 3 款的輕微違反，但是，其體內的酒精含量接近《道路交通法》第 90 條第 1 款的罪刑所規定的含量以及事後故意引用飲料以稀釋酒精濃度的行為，顯示其行為的可譴責性極高。
3. 上訴人在上訴狀中也提出了原審法院的判決陷入了審查證據的明顯錯誤以及獲證事實不足以支持其法律適用的瑕疵，但是，上訴人沒有就此僅屬

於事實事宜的上訴理由展開闡述，使得上訴法院能夠明白其上訴理由與所質疑的被上訴決定之間的聯繫。

4. 上訴人的上訴主張是在沒有對原審法院所認定的事實提出任何質疑的情況下，所提出的純粹屬於法律層面的上訴問題，也就是根據已證事實確定民事責任賠償的金額的事宜。
5. 作為經營餐廳的企業主，民事原告的工資收入應該以廣義去理解，而不能僅限於叫做“工資”的金額來確定。
6. 受害人於 2021 年受傷，不能以其所申報的 2020 年的稅單的損益表為基礎，而應該以 2021 的報稅表的損益表為基礎。
7. 民事原告出生於 1957 年 10 月 11 日 (卷宗第 26 頁)，而原審法院判處上訴人賠償其這部分的損失至 2022 年 4 月 13 日的時候，民事原告尚未滿 65 歲。
8. 受害人的工資損失屬於一項已經發生的損失，而非將來的損失，那麼，在本案中，上訴人提出所判處的賠償跨越退休年齡沒有任何意義。
9. 受害人“工作”的店鋪，並沒有因其處以昏迷以及住院的事實而停業，相反由其家人繼續經營，另外，從受害人的 M1 報表的損益表可見，有關的場所的收益從 2020 年的 3.5 萬劇增至 2021 年的 35 萬，在這種情況下，作為繼續經營的店鋪的租金，受害人必須繼續支付屬於合理之事，無論是誰人支付，但不能作為受害人的損失得到補償。
10. 因永遠失去工作能力的損失，是已遭受了的損失，是現行的損失，而不是將來的損失。而對此損失的賠償，在無法確定地定出賠償的金額的情況下，由法院根據《民法典》第 560 條第 6 款所規定的衡平原則作出。

裁判書製作人

蔡武彬

上訴案第 504/2023 號

上訴人：(X)保險有限公司
(A)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告並提請初級法院以普通訴訟程序審理：

第一嫌犯(A)為直接正犯，其行為觸犯：

- 《刑法典》第 142 條第 3 款及第 138 條 d 項配合第 3/2007 號法律 (《道路交通法》第 93 條第 1 款及第 2 款、第 3 款(一)項所規定及處罰的一項過失嚴重傷害身體完整性罪；
- 第 3/2007 號法律 (《道路交通法》第 88 條第 1 款所規定及處罰的一項遺棄受害人；
- 第 3/2007 號法律 (《道路交通法》第 99 條第 2 款所規定及處罰的一項輕微違反 (不遵守停車義務)。

此外，建議根據第 3/2007 號法律 (《道路交通法》第 94 條第(一)項之規定，中止第一嫌犯之駕駛執照之效力。

第二嫌犯(B)為直接正犯，其既遂行為觸犯：

- 《刑法典》第 324 條第 3 款所規定及處罰的一項作虛假證言罪。

民事請求人(C)針對各民事被請求人提出民事損害賠償請求，要求判處

民事被請求人支付下列賠償 (參閱卷宗第 351 至 360 頁民事請求書內容):

1、賠償民事原告(C)澳門幣 660,365.23 元 (558,162.23+ 102,203.00 的在山頂醫院的住院費用) 以及已經扣除的財產損失金額以及將來損失的金額;

2、賠償民事原告 60 萬澳門元的精神損失。

以及

民事請求人(C)針對各民事被請求人提出民事損害賠償追加請求。(參閱卷宗第 486 至 487 頁民事請求書內容) 請求賠償原告:

- 從 2021 年 3 月 10 日至 2022 年 4 月 13 日止 400 天的部分絕對無能力 (ITA) 的損失金額 333,333.33 澳門元 ;

- 民事原告所遭受的 20%的部分永久無能力 (IPP) 損害的賠償金額 42 萬澳門元。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR4-21-0314-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

對第一嫌犯(A)的判處：

1. 檢察院控訴以直接正犯和既遂方式觸犯第 3/2007 號法律 (《道路交通法》) 第 88 條第 1 項所規定及處罰的一項遺棄受害人罪，判處罪名不成立；
2. 以直接正犯和既遂方式觸犯《刑法典》第 142 條第 3 款及第 138 條 d 項配合第 3/2007 號法律 (《道路交通法》) 第 93 條第 1 項及第 2 款、第 3 款(一)項所規定及處罰的一項過失嚴重傷害身體完整性罪，判處一年六個月實際徒刑；
3. 以直接正犯和既遂方式觸犯第 3/2007 號法律 (《道路交通法》) 第 99 條第 2 款所規定及處罰的一項輕微違反 (不遵守停車義務)，應判處澳門幣 2,000 元罰金，倘不繳納或不以勞動代替，則須服十三日徒刑；

4. 上述犯罪和輕微違反並罰，合共判處一年六個月十三日實際徒刑；
5. 本案對嫌犯判處二項禁止駕駛附加刑分別為一年六個月及三個月；二項附加刑並罰，合共判處禁止駕駛一年七個月的附加刑處罰，因不具暫緩執行之條件，有關附加刑不予緩刑(實際徒刑的執行期間不計算在內)；
6. 根據《道路交通法》第 143 條第 2 款的規定，嫌犯須在判決確定後且獲釋後處於自由之狀態的五天期間內將其駕駛執照或相應文件提交治安警察局以辦理有關手續)，否則嫌犯須承擔違令罪的處罰；
7. 另根據《道路交通法》第 92 條的規定，同時警告嫌犯，倘在停牌期間內駕駛，將觸犯加重違令罪並吊銷駕駛執照。此外，根據《道路交通法》第 143 條第 1 款的規定，禁止駕駛或吊銷駕駛執照之判決於判決確定日起產生效力，即使駕駛員未將駕駛或同等效力之文件送交治安警察局亦然；
8. 判處民事被請求人(X)保險有限公司向民事請求人(C)支付損害賠償澳門幣 1,293,698.56 元，尚需支付自本案判決日起計至付清之法定延遲利息；
9. 民事請求人所提出將來衍生之醫療費用之賠償請求，本法院不予支持亦不予認定；
10. 本案駁回民事賠償請求人對民事賠償被請求人(A)之民事請求；
11. 本案駁回民事賠償請求人對民事賠償被請求人(Y)公司之民事請求；
12. 本案駁回民事請求人之餘下民事請求。

對第二嫌犯(B)的判處：

- 以直接正犯和既遂行為觸犯《刑法典》第 324 條第 3 款所規定及處罰的一項作虛假證言罪，判處七個月徒刑，緩刑二年。

第一嫌犯(A)不服判決，向本院提起了上訴。(其內容載於卷宗第 747

¹ 其葡文內容如下：

1. Vem o presente recurso interposto do douto acórdão que condenou o 1.º Arguido, ora Recorrente (i) numa pena de um (1) anos e seis (6) meses de prisão pelo crime de ofensas à integridade física graves por negligência previstas e punidas no artigo 93.º n.ºs 1, 2 e 3 al. 1) da Lei do Tránsito Rodoviário (LTR) e nos artigos 142.º n.º 3 e 138.º al. d) do Código Penal; e, (ii) numa contravenção (desrespeito pela obrigação de paragem) prevista e punida pelo art. 99.º n.º 2 da LTR, com uma multa no montante de MOP2.000,00, substituída, em caso de não pagamento por 13 dias de prisão. Em cumulo jurídico, foi o Recorrente condenado numa pena única de um (1) ano, seis (6) meses e treze (13) dias de prisão efectiva.
2. O presente recurso é interposto com fundamento no disposto no art. 400.º n.º 1 do CPP, na medida em que, ressalvado o devido respeito pelo douto Tribunal a quo e por opinião diversa, o acórdão recorrido viola o disposto no art. 48.º do Código Penal relativamente à suspensão da pena de prisão.
3. a suspensão da execução da pena de prisão, como pena de substituição, reveste carácter autónomo e com campo de aplicação, regime e conteúdo político-criminal próprios.
4. a sua aplicação funda-se em critérios de legalidade, não de moralidade, havendo que respeitar as exigências legais para a sua aplicação, as quais, no essencial, se reconduzem à ideia da existência de prognóstico favorável quanto ao comportamento futuro do agente, sem esquecer todas as circunstâncias que, na vertente da medida da pena, em concreto, se coloquem e não colidam com as necessidades preventivas que se deparem.
5. Relevam, pois, considerações de prevenção geral, sob a forma de exigências mínimas e irrenunciáveis de defesa do ordenamento jurídico, e não de culpa.
6. Os pressupostos da suspensão da execução da pena de prisão vêm enunciados no art. 48.º, n.º 1 do Código Penal. O pressuposto formal de aplicação da suspensão da execução da prisão é apenas que a medida concreta da pena aplicada ao arguido não seja superior a 3 anos. O pressuposto material da suspensão da execução da pena de prisão é que o Tribunal conclua por um prognóstico favorável relativamente ao comportamento do arguido, ou seja, que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.
7. No juízo de prognose deverá o Tribunal atender, no momento da elaboração da sentença, à personalidade do agente (designadamente ao seu carácter e inteligência), às condições da sua vida (inserção social, profissional e familiar, por exemplo), à sua conduta anterior e posterior ao crime (ausência ou não de antecedentes criminais e, no caso de os ter já, se são ou não da mesma natureza e tipo de penas aplicadas), bem como, no que respeita à conduta posterior ao crime, designadamente, à confissão aberta e relevante, ao seu arrependimento, à reparação do dano ou à prática de atos que obstem ao cometimento futuro do crime em causa} e às circunstâncias do crime (como as motivações e fins que levam o arguido a agir).
8. a decisão ora posta em crise considerou que o carácter do Recorrente, a sua conduta antes e após o crime, as circunstâncias e causa do acidente, e as lesões causados à vítima eram graves, não obstante o facto do Recorrente não ter quaisquer antecedentes criminais. Mais, o tribunal Q quo considerou a conduta do Recorrente de tal forma reprovável e perniciosa - na medida em que este apenas permaneceu no local do sinistro por um limitado período de tempo, tendo-se ausentado para ingerir água como forma de ocultar o facto que se encontrava no exercício da condução sob a influência do álcool - que a mera advertência e a ameaça de privação da liberdade não eram suficientes para alcançar as finalidades da punição, pelo que se impunha a sua efectivação.
9. O recurso a método absolutamente inútil para o objectivo pretendido (ingestão de líquidos para

民事被請求人(X)保險有限公司亦不服判決，向本院提起了上訴。(其內容載於卷宗第 726 頁至 746 頁)²

baixar a TAS), no âmbito de uma situação inédita e perturbadora, como não pode deixar de se considerar o sinistro sub judice para o Recorrente não pode razoavelmente ser julgado pernicioso e decisivo para demonstrar que o Recorrente sentiria a suspensão da execução da pena de prisão como uma verdadeira indulgência, encarando-a como um perdão e convite à continuação da actividade criminosa.

10. Ficou também provado que o Recorrente apenas se ausentou momentaneamente para beber após ele próprio ter verificado que a pobre vítima estava inconsciente e que a polícia e bombeiros já estavam a caminho para prestar assistência médica.
11. Com efeito, in casu, contribuiriam para a formulação de um juízo de prognose favorável, por parte do tribunal a quo: (i) a postura colaborante que o Recorrente apresentou no âmbito destes autos, e bem assim (ii) as características da sua vivência (é um pai de família, com trabalho regular), e (iii) a ausência de antecedentes criminais.
12. Todos eles, conjuntamente apreciados, levariam, necessariamente, a uma prognose favorável de que os factos em causa terão sido uma excepção e episódio isolado na sua vida e indicativos que o Recorrente sentiria a mera ameaça do cumprimento da pena de prisão como suficiente para afastá-lo de novos comportamentos ilícitos.
13. Com todo o respeito por opinião diversa, o cumprimento de uma pena de prisão efectiva de um ano e seis meses não nos parece poder vir a atingir qualquer das finalidades das penas.
14. Por tudo o que acima se deixou exposto, não nos parece que se encontrem verificadas altas necessidades de prevenção especial face ao Recorrente, pelo que nos parece que deve ser feito um juízo de prognose favorável, acreditando que a simples ameaça da prisão servirá os interesses não só de ressocialização,
15. Não há, com esta decisão recorrida, uma segunda oportunidade dada pela Justiça ao ora Recorrente, que por um erro após o acidente e que em nada contribuiu para o piorar da situação dos ferimentos da pobre vítima é severamente punido com uma pena de prisão efectiva de ano meio, a meio da sua vida de jovem adulto.
16. A prevenção geral consiste na protecção dos bens jurídicos violados pelo cometimento do crime, bem como no restabelecimento da ordem jurídica aos olhos da comunidade.
17. In casu, tratando-se de um agente primário, acredita-se, modestamente, que a ordem jurídica seria restabelecida com a mera ameaça da pena de prisão.

Nestes termos e nos mais de Direito que V. Exa. doutamente suprirão deve ser concedido provimento ao presente recurso e consequentemente ser revogado o acórdão recorrido, substituída por decisão que se coadune com a pretensão exposta de suspensão da pena de prisão.

² 其葡文內容如下：

1. O douto acórdão recorrido decidiu condenar a Requerida, ora recorrente, a pagar ao demandante cível a quantia total de MOP\$1.293.698,56, montante este acrescido de juros legais contados a partir da data do acórdão e até integral e efectivo pagamento.
2. A recorrente não concorda com valor atribuído a título de perca de salários, com o valor atribuído para pagamento das rendas da loja e com o valor atribuído a título de incapacidade parcial permanente.
3. Existe neste acórdão um evidente erro na apreciação da prova e uma ausência total de equilíbrio e de equidade que leva à condenação da recorrente a pagar ao ofendido importâncias desproporcionadas e totalmente infundamentadas.

-
4. No que diz respeito ao montante atribuído a título de perda de salários (MOP\$417.500,00) e pagamento de rendas da loja (MOP\$61.300,00) a contabilização efectuada pelo douto colectivo não está correcta tendo havido um erro notório na apreciação da prova que foi produzida em audiência de discussão e julgamento, tanto no que diz respeito à prova testemunhal como, mais ainda, à prova documental.
 5. A recorrente discorda totalmente com a concessão deste valor a título de perdas salariais por várias razões nomeadamente pelo facto de o demandante civil ter já 64 anos na data do acidente.
 6. Ou seja, estava a um ano da sua reforma e qualquer indemnização a atribuir a título de perda de salários terá que ser balizada pela data da sua reforma, ou seja, não poderá exceder um ano, pois não faz sentido pagar 501 dias de incapacidade temporária absoluta, quando parte deles já diz respeito a uma altura em que ofendido estaria já reformado.
 7. E, por outro lado, existe um erro notório na apreciação da prova ao concluir que o demandante auferia um salário de MOP\$25.000,00.
 8. Efectivamente, de acordo com o M/1 relativo ao ano de 2020 o seu salário foi de apenas MOP\$2.900,00 por mês (MOP\$35.000,00 indicado como resultado anual antes dos impostos dividido por 12 meses) e não MOP\$25.000,00 como alega.
 9. Não se aceita, assim, que o demandante auferisse MOP\$25.000,00 mensalmente como salário.
 10. Mais ... de acordo com o M/1 de 2021 existente nos autos, nesse ano, ou seja, imediatamente a seguir ao acidente de viação o lucro da pastelaria disparou e passou de MOP\$35.000,00 em 2020 para MOP\$360.000,00 em 2021.
 11. Quase vale a pena dizer que, em termos de negócios, o acidente de viação sofrido pelo demandante apenas lhe trouxe elevados lucros.
 12. Confrontando estes dois documentos que fazem prova legal não se pode aceitar que o demandante civil tivesse sofrido as perdas salariais que declarou e, muito menos, que tenha tido perdas salariais em 2021 pelo que é impensável atribuir-lhe uma compensação no valor de MOP\$417.500,00 a esse título.
 13. Acresce ainda, que não é aceitável e mais uma vez aqui ocorreu um erro notório na apreciação da prova, quando o, aliás, douto acórdão cumulativamente ao pagamento dos MOP\$417.500,00 (valor, como já se disse, foi erradamente calculado) condena ainda a recorrente no pagamento das rendas da loja no valor total de MOP\$63.139,00.
 14. Não corresponde à verdade que o recorrido tenha tido qualquer perda de rendimentos com a sua loja mesmo na altura em que esteve internado e inconsciente pois, pelo contrário, os seus lucros com a loja até AUMENTARAM em mais de 500%!
 15. Não há, assim, qualquer motivo para a recorrente ser obrigada a pagar o valor de rendas como se o recorrido tivesse sofrido um prejuízo ou diminuição de lucro quando, na realidade, o que sucedeu foi o oposto.
 16. Por último a recorrente insurge-se contra o montante de MOP\$350.000,00 arbitrado como compensação pela incapacidade parcial permanente de 20% do recorrido.
 17. Não obstante a incapacidade parcial permanente seja, só por si, indemnizável, o valor a encontrar para a sua compensação terá que ter como base o critério fixado no n.º 5 do artigo 560º do Código Civil e terá que estar de acordo com os princípios da equidade.
 18. Porém, no caso dos presentes autos o douto colectivo não atendeu, em absoluto, aos critérios estabelecidos na lei e, muito menos, usou de equidade na atribuição desta compensação ao demandante civil.
 19. Ou seja, analisando a situação do ofendido com objectividade e comparando-a a outros casos idênticos chega-se, nitidamente, à conclusão que o valor da indemnização arbitrada a este título é demasiado alto e totalmente fora de qualquer contexto ou critério de equidade, devendo o mesmo ger diminuído para cerca de MOP\$200.000,00.

檢察院就上訴人(A)所提出的上訴作出答覆：

1. 被上訴的裁判判處第一嫌犯(A)以直接正犯和既遂方式觸犯第 3/2007 號法律(《道路交通法》)第 88 條第 1 款所規定及處罰的一項遺棄受害人罪·判處罪名不成立;以直接正犯和既遂方式觸犯《刑法典》第 142 條第 3 款及第 138 條 d 項配合第 3/2007 號法律(《道路交通法》)第 93 條第 1 款及第 2 款、第 3 款(一)項所規定及處罰的一項過失嚴重傷害身體完整性罪·判處一年六個月實際徒刑;以直接正犯和既遂方式觸犯第 3/2007 號法律(《道路交通法》)第 99 條第 2 款所規定及處罰的一項輕微違反罪(不遵守停車義務)·應判處澳門幣 2,000 元罰金·倘不繳納或不以勞動代替·則須服十三日徒刑;上述犯罪和輕微違反並罰·合共判處一年六個月十三日實際徒刑。
2. 上訴人(A)不服原審法院對其作出的量刑·認為應給予其緩刑。
3. 根據《刑法典》第 40 條及第 65 條的規定·法院在確定具體刑罰時·須按照行為人之罪過及預防犯罪之要求·在法律所定之限度內為之。此外·亦須考慮所有對行為人有利或不利而不屬罪狀的情節·尤須考慮犯罪事實的不法程度、實行犯罪事實的方式、犯罪事實所造成後果的嚴重性、行為人對須負之義務的違反程度、犯罪的故意或過失的嚴重程度、犯罪時行為人所表露的情感及犯罪的目的或動機、行為人之個人狀況及經濟狀況·以及犯罪前後的表現。
4. 在本案中·第一嫌犯(A)在受酒精影響下駕駛期間·沒有遵守“STOP”強制停車符號的停車義務·引致本案的交通意外·導致本案被害人腦內出血、硬膜下血腫、蛛網膜下腔出血、左側第 2-4 肋骨骨折·康復時間待定·其傷勢使其有生命危險·對其身體完整性造成嚴重傷害。

Nestes termos, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de V. Excelências, deve, pelas apontadas razões, ser julgado porcedente o presente recurso e alterado o douto acórdão recorrido em conformidade, assim se fazendo a esperada e sã Justiça!

5. 而且，原審法院亦已考慮了本個案的具體情節，尤其第一嫌犯(A)為初犯，在庭審中承認大部份被指控之事實，犯罪前後之行為及犯罪之各種情節，作出本案的量刑，沒有違反《刑法典》第 40 條及第 65 條關於量刑的規定。
6. 在本案中，雖然第一嫌犯(A)為被科處不超過三年徒刑之可被暫緩執行之形式要件，但原審法院已清楚指出該嫌犯雖為初犯，但本次的交通事故之成因及對被害人造成的傷害具有一定嚴重性，且該嫌犯的事態度極不積極，在未有處理意外、且短暫不停留在現場，而是為了使自己不被發現酒駕（經誤差值後酒精呼氣測試結果為 1.14 克/公升）而設法喝水，第一嫌犯的行為惡劣性很大，故僅對事實作譴責並以監禁作威嚇不充足和不適當地實現處罰之目的，因此，根據《刑法典》第 48 條第 1 款的規定，本案判處的徒刑不予緩刑。
7. 綜上所述，原審法庭對上訴人(A)作出本案之量刑以及決定不予緩刑，是根據案件實際情況以及其罪過定出，完全符合《刑法典》關於量刑的規定，尤其沒有違反《刑法典》第 48 條的規定。

綜上所述，檢察院認為上訴人(A)提出的上訴理由不成立。

民事請求人(C)就上訴人(X)保險有限公司所提出的上訴作出答覆。(其內容載於卷宗第 777 頁至 782 頁)³

³ 其葡文內容如下：

1. A demandada (X) Insurance Company Limited interpôs o presente recurso do acórdão proferido pelo Tribunal “a quo” que a condenou a pagar ao demandante cível (o ofendido) a quantia de MOP\$1.293.698,56, acrescido de juros legais contados a partir da data do acórdão e até integral e efectivo pagamento.
2. Circunscreveu o seu recurso i) – ao valor atribuído a título de perda de salários, ii) – ao valor atribuído para pagamento das rendas da loja e iii) – ao valor atribuído a título de incapacidade parcial permanente;
3. Imputa à decisão recorrida os vícios de **erro notório na apreciação da prova** e de **insuficiência para a decisão da matéria de facto provada**.
4. No seu entender, a indemnização a atribuir por perdas salariais devia ter tido em conta que o ofendido, aquando do acidente, estava a um ano da idade da reforma, devendo a indemnização ser balizada por essa data.

-
5. Afirmando ainda que não faz sentido atribuir 501 dias de incapacidade temporária absoluta, quando parte deles já se referem a um período em que o ofendido estaria numa situação de reforma.
 6. Põe também em casua a conclusão do Tribunal recorrido de que o ofendido auferia um salário de MOP\$25.000,00.
 7. Em lado algum a lei obriga a que quem atinge os 65 anos de idade se tenha que reformar. Nem proíbe quem se reforme de continuar a exercer uma profissão remunerada, acumulando a pensão de reforma com o salário.
 8. Quem trabalha por conta própria explorando o seu próprio negócio, não se reforma nunca. Trabalha até que o corpo lho permita.
 9. Não é uma pensão de velhice atribuída pelo Governo da RAEM, de pouco mais de 3.500 patacas mensais, que permite a um empresário deixar de trabalhar.
 10. Os 501 dias de incapacidade temporária absoluta, foram os dias que os peritos médicos consideraram estar o ofendido impossibilitado de exercer o seu trabalho.
 11. A conclusão do Tribunal “a quo” de que o ofendido auferia um salário de MOP\$25.000,00, resultou da prova produzida em audiência, pois que
 12. É fácil concluir que uma declaração de rendimentos (M/1) apresentada nos Finanças e relativa ao ano de 2020 em rendimentos declarados de MOP\$35.000,00, não traduz a realidade, pois nenhuma empresa, nem empresário individual, conseguiria sobreviver com resultados desta natureza.
 13. Aliás, é do conhecimento comum que o tipo de negócio do ofendido não exigia a existência de contabilidade organizada, e, por outro lado, aos resultados que qualquer empresa apresenta nas finanças são sempre abatidas as despesas, nomeadamente com salários e aquisições de bens.
 14. Mesmo assim, sempre se diga que, o salário de qualquer empresário que também seja trabalhador da empresa não se resume ao lucro anual. Ele (o empresário/trabalhador), em regra, retira um determinado montante a título de salário mensal, pois só assim poderá fazer face às suas despesas ordinárias da vida pessoal e familiar.
 15. O Tribunal “a quo”, no seu prudente arbítrio percebeu muito bem isso, e perante a prova testemunhal produzida em audiência, ficou convencido que outros seriam os rendimentos do demandante.
 16. Não existindo quaisquer normas legais que determinem o valor ou a hierarquia das provas a produzir em processo penal, funciona a livre apreciação da prova pelo Juiz.
 17. Livre apreciação que terá de ser prudente, com recurso e respeito pelas regras da experiência e da legis artis.
 18. A verdadeira realidade dos factos foi prudentemente entendida pelo Colectivo de Juizes do Tribunal “a quo”, na formação da sua livre convicção, para decidir como decidiu, como a margem de liberdade que lhe permite o princípio da livre apreciação da prova, não se vislumbrando qualquer violação de regras da experiência ou da legis artis.
 19. Quanto à condenação da Recorrente no pagamento da quantia de MOP\$63.139,00 a título de indemnização por pagamento de rendas da loja, a recorrente não alega qualquer facto que infirme o decidido pelo Tribunal “a quo”, limitando-se a deizer que discorda.
 20. Está bem patente na decisão do tribunal “a quo” a não existência de qualquer erro notória apreciação da prova, pois que o tribunal elencou as razões da valoração que efectuou de cada uma das provas e elencou a prova testemunhal que relevou na formação da sua convicção.
 21. Quanto ao montante atribuído a título de perda de compensação pela incapacidade parcial permanente, alega a Recorrente que existe no acórdão recorrido um evidente **erro na apreciação da prova** e uma **ausência total de equilíbrio e de equidade** na condenação da recorrente a pagar ao ofendido uma importância desproporcionada e totalmente infundamentada a título de

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下就刑事部分的上訴提交了法律意見：

“2023 年 3 月 31 日，初級法院判處嫌犯(A)以直接正犯及既遂方式觸犯 1 項《刑法典》第 142 條第 3 款及第 1 條 d 項配合第 3/2007 號法律（《道路交通法》）第 93 條第 1 款及第 2 款、第 3 款第 1 項所規定及處罰之「過失嚴重傷害身體完整性罪」，處以 1 年 6 個月實際徒刑；1 項第 3/2007 號法律（《道路交通法》）第 99 條第 2 款所規定及處罰之「輕微違反（不遵守停車義務）」，處以澳門幣 2,000 元罰金，倘不繳納或不以勞動代替，則須服 13 日徒刑；上述犯罪和輕微違反並罰，合共判處 1 年 6 個月 13 日實際徒刑；以及判處 2 項禁止駕駛附加刑分別為 1 年 6 個月及 3 個月，兩項附加刑並罰，合共判處禁止駕駛 1 年 7 個月的附加刑處罰，因不具暫緩執行

compensação pelo sua incapacidade parcial permanente, afirmando que apenas ficou provada uma taxa de 20% de Incapacidade Parcial Permanente e que o Tribunal “a quo” não atendeu aos critérios estabelecidos na lei e, muito menos, usou de equidade, por não ter atendido à idade do demandante civil (64 anos) nem à pequena percentagem de IPP, considerando deveras elevado o valor de MOP\$350.000,00.

22. O Tribunal “a quo” atendeu à idade do demandante e à percentagem da incapacidade e referiu-os expressamente no acórdão, assim como também atendeu à gravidade do quadro clínico do demandante, nomeadamente as suas dificuldades de fala e compreensão (afasia) e locomoção com que o Demandante ficou após o acidente e de que ainda sofre e continuará a sofrer, à semelhança do que a propósito de “perda de capacidade” decidiu já o Venerando TUI, no acórdão proferido no Processo nº 71/2022.
23. Não se vislumbra, pois, onde se encontra o assacado erro na apreciação da prova, pois que, como já se referiu supra, e tem vindo a ser decidido pelos Tribunais superiores da RAEM, esse erro tem que ser ostensivo, patente e violar as regras da experiência e a legis artis, conforme vem sendo decidido pelos Tribunais Superiores da RAEM, designadamente os já citados acórdãos proferidos nos Processos nº 999/2021, de 28.9.2022, e nº 924/2020, de 1.7.2021, ambos do TSI.
24. “... o erro notório na apreciação da prova nada tem a ver com a eventual desconformidade entre a decisão de facto do Tribunal e aquela que entende adequada o recorrente, irrelevante é, em sede de recurso, alegar-se o referido vício...” – ac. do TUI de 27.7.2022 – Processo nº 71/2022.
25. No caso concreto, o destes autos, a Recorrente pouco mais faz que discordar da decisão e afirmar que a indemnização arbitrada é demasiado alta e fora de qualquer contexto de equidade, sem alegar ou concretizar com argumentos válidos que pudessem fundamentar a sua discordância.
26. Não enfermado o acórdão recorrido de qualquer vício de erro notório na apreciação da prova, nem de insuficiência para a decisão da matéria de facto, deve o recurso interposto pela demandada improceder, por ser manifestamente infundado.

Termos em que, negando provimento ao recurso interposto e mantendo a decisão recorrida, esse douto Tribunal fará, como sempre, a costumada Justiça!

之條件，有關附加刑不予緩刑（實際徒刑的執行期間不計算在內）。

嫌犯(A)不服初級法院上述合議庭裁判，而向中級法院提出上訴。

在其上訴理由中，嫌犯(A)認為其在本案中態度合作，為一個家庭之父親、有正當職業及沒有犯罪前科，原審法院並沒有給予上訴人(A)第二次機會，認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇足以實現處罰的目的，從而指責被上訴的合議庭裁判違反《刑法典》第 48 條第 1 款之規定，請求給予緩刑。

在適用《刑法典》第 48 條第 1 款之規定時，必須考慮是否滿足了緩刑的形式前提及實質前提。

形式前提是指不超逾 3 年的徒刑，而不可暫緩執行其他非剝奪自由刑。

實質前提是指法院必須整體考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節、僅對事實作譴責並以監禁作威嚇是否可適當及足以實現處罰的目的，即以特別預防及一般預防作為給予緩刑的界限；具體地說，尚可預見行為人受到刑罰的威嚇和譴責後，即會約束自己日後行為舉止，從而不再實施犯罪，以及即使徒刑被暫緩執行，亦不致動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，無削弱法律的權威和尊嚴。

必須強調的是，緩刑的性質是一個真真正正的替代刑，而不僅僅是執行徒刑的特殊方式，不是暫時不執行的決定而已，且往往考慮到犯罪預防(尤其特別預防)的需要，被判刑人同時需要遵守某些行為規則等，這些都是需要在具體個案中具體考慮的。

在本案中，原審法院判處上訴人(A)以 1 年 6 個月 13 日徒刑，在形式上已符合了《刑法典》第 48 條第 1 款所規定的要件。

而在實質要件方面，雖然上訴人(A)為初犯，但根據卷宗資料顯示上訴人(A)在駕駛車廂內沒有使用安全帶、曾使用手提電話及交談飲用酒精飲料等等，且當上訴人(A)的電召的士駛經羅利老馬路人行橫道開始加速至肇事地點（26km/h 加速至 33km/h）時，沒有適當減慢車速及遵守停車讓先義務，令被害人腦內出血、硬膜下血腫、蛛網膜下腔出血、左側第 2 至第 4 肋骨骨折，康復時間待定，傷勢使被害人有生命危險，對被害人身體完整性造成嚴重傷害，使被害人本人及家人遭受長期的巨大痛苦。

此外，上訴人(A)身為職業司機，理應更注重自己的職業操守，謹慎駕駛，但其於本案中的行為卻明顯相反，因此，作為本案交通事故的唯一過錯方，上訴人(A)沒有停車讓先義務以負責任駕駛態度行車，過失程度甚高，不法性亦高。

因此，根據上訴人(A)所表現的人格、犯罪前後之行為及犯罪的情節，顯然地僅對事實作譴責並以監禁作威嚇未能適當及不足以實現處罰的目的；並不能給予我們足夠的信心使上訴人(A)不再實施不法事實或犯罪，尤其是不再重蹈覆轍地作出違反《道路交通法》的行為。我們認為，在罪過原則下，被上訴法院的量刑及不予緩刑的決定與上訴人(A)面對交通規則的應然態度所採取的放任和不注意所應備受譴責的程度相適應。

另外，就一般預防犯罪的需要方面，雖然經過長期對交通安全的推廣，但本澳交通安全問題卻變得越來越嚴重，反映出駕駛者的道路安全意識仍然非常不足，往往因此為他人的身體完整性甚至生命帶來不可逆轉的負面後果。

誠然，在通常情況下，交通事故中行為人都並非故意作出危害他人身體完整性的行為，但是，也不能一廂情願認為僅以一個簡單的刑罰威嚇就能促使一般駕駛者認真注意及遵守交通安全規則。

事實證明，不論是社會大眾又或交通意外被害人的家屬，都期望被忽略的交通安全意識能夠透過必要的刑罰執行而得到應有的重視及關注；倘若不正視這點，恐怕不會得到社會的普遍認同及起不到震懾其他駕駛者的一般預防作用。

即是說，倘上訴人(A)被判處之徒刑被暫緩執行，將會動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，尤其會予人錯覺，在澳門實施此犯罪的後果不足掛齒，仍可以暫緩執行刑罰，這樣，的確是違背了社會大眾對透過刑罰的實施而重建法律秩序的期望。

因此，我們認為在本案中出現了特別預防及一般預防的強烈需要，刑罰的實際執行顯得特別迫切。所以，雖然被上訴的合議庭裁判判處上訴人(A)以1年6個月13日徒刑不超逾3年徒刑，符合《刑法典》第48條第1款所規定的形式前提，但並不符合該條所規定的實質前提，因為單以監禁作威

嚇已不適當及不足以實現處罰的目的了。

基於此，我們認為，被上訴的合議庭裁判沒有違反了《刑法典》第 48 條之規定。

綜上所述，應裁定上訴人(A)所提出的上訴理由全部不成立，維持原判。”

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 第一嫌犯(A)為電召的士司機。2020 年 11 月 29 日早上約 8 時 47 分，第一嫌犯駕駛車牌號碼為 MY-xx-xx 的輕型汽車(電召的士)，載著朋友(B)(第二嫌犯)，沿亞利鴉架街，由嘉路米耶圓形地往沙嘉都喇賈罷麗街方向行駛。
2. 在駕駛前，第一嫌犯曾飲用含有酒精成份的飲品。
3. 當時天氣情況為晴天，路面乾爽，交通流量稀疏。
4. 同一時間，被害人(C)駕駛車牌號碼為 CM-5xxx 的輕型電單車，沿渡船街，由連勝馬路往俾利喇街方向行駛。
5. 當第一嫌犯以時速約每小時 33 公里，駕駛上述的士接近亞利鴉架街與渡船街交匯處之街口時，清楚看到該街口設有“STOP”強制停車符號，即表示第一嫌犯須在該街口停車，先讓當時沿渡船街，由連勝馬路往俾利喇街方向行駛的車輛通行，方可駛入該交匯處。
6. 同日早上約 8 時 47 分約 25 秒，第一嫌犯沒有在該街口停車或減慢速度，而是直接駕車駛出該街口，並進入前述交匯處。
7. 此時，被害人已駛至前述交匯處，被害人所駕駛之電單車隨即碰撞到第一嫌犯所駕駛的士之右前方。

8. 被害人被撞至拋起，頭部撞向該的士的右前方擋風玻璃，其後頭部落地，繼而向前滑動，腿部撞到路邊綠色鐵柱。被害人隨即失去意識，平躺在設置於亞利鴉架街、近前述交匯處之一條人行橫道上，其所駕駛之電單車，則倒在前述交匯處。
9. 上述意外發生後，第一嫌犯所駕駛之的士繼續駛前，然後在前述人行橫道上停下。
10. 第一、第二嫌犯隨即下車，行近被害人。第一嫌犯俯身查看被害人之情況，並多次拉起被害人之右手，發現被害人沒有任何反應。
11. 其後，多名途人聚集在前述街口附近。治安警察局於早上約 8 時 48 分，接獲市民報警求助，指該街口附近發生交通意外。
12. 同日早上約 8 時 50 分，第一嫌犯連同第二嫌犯，離開被害人所處之位置，行至位於前述街口之“xx 美食”門口交談。
13. 同日早上約 8 時 52 分，治安警察員抵達意外現場，在現場發現被害人躺臥在意外現場，失去意識，但現場沒有發現肇事的士之駕駛者（即第一嫌犯）。
14. 同日早上約 8 時 54 分，第二嫌犯在附近店鋪購買兩支樽裝飲品，並將之在“xx 美食”門口遞予第一嫌犯飲用。第一、第二嫌犯隨後離開“xx 美食”門口，往連勝馬路方向離去。
15. 同日早上約 8 時 55 分，警員將被害人所駕駛之電單車移離前述交匯處。
16. 同日早上約 8 時 58 分，被害人被送上消防救護車離開現場，第一嫌犯隨即連同第二嫌犯，返回前述街口附近之人行區。此時，警員仍在意外現場。第一、第二嫌犯站於人群外，查看附近情況。
17. 同日早上約 9 時，當警員走入該人行區時，第一、第二嫌犯再次轉身離開。第二、第一嫌犯隨即先後步入“xx 美食”，兩人在該店鋪內洗手間出入口位置交談。第二嫌犯再將一支樽裝飲品遞予第一嫌犯，第一嫌犯飲用後，進入洗手間。
18. 直至同日早上約 9 時 02 分（距前述意外發生時間約 15 分鐘），第

一嫌犯方返回前述街口，向警員聲稱其為肇事的士之駕駛者。第二嫌犯隨後亦返回前述街口。

19. 在前述意外發生後至同日早上約 9 時 02 分，第一嫌犯沒有就發生意外，及被害人受傷之情況，報警求助，反而在清楚知悉被害人因受傷而失去意識的情況下，離開意外現場。
20. 第一嫌犯其後又飲用至少三支樽裝飲品，意圖在短時間內稀釋其體內之酒精含量，以免被發現酒後駕駛車輛。
21. 同日早上約 9 時 12 分，(距前述意外發生時間約 25 分鐘)，警員對第一嫌犯進行酒精含量呼氣測試，測試結果為 1.2 克/公升。根據交通高等委員會 2016 年通過決議扣減 0.07 克/公升的誤差值後，是次酒精呼氣測試結果視為 1.14 克/公升。(參見卷宗第 11 頁)
22. 上述意外，直接及必然地導致被害人腦內出血、硬膜下血腫、蛛網膜下腔出血、左側第 2-4 肋骨骨折，康復時間待定，其傷勢使其有生命危險，對其身體完整性造成嚴重傷害。(見卷宗第 30、31、226 頁之醫生檢查報告、第 228 頁之臨床法醫學意見書，在此視為完全轉錄)
23. 上述意外，亦直接及必然地造成被害人所駕駛的車牌號碼為 CM-5xxx 的輕型電單車車身多處毀損，以及第一嫌犯所駕駛的車牌號碼為 MY-xx-xx 之的士的右前擋風玻璃毀爛及右側車身多處毀損。(參見卷宗第 176 至 179 頁、第 180 至 182 頁)
24. 第二嫌犯於 2020 年 11 月 30 日，以證人身份在檢察院就本案接受詢問，並獲告誡作為證人有如實作證的義務，否則須負上刑事責任。第二嫌犯隨後作出宣誓：“本人謹以名譽宣誓，所言全部屬實，並無虛言。”
25. 然而，第二嫌犯卻不實聲稱，當其得悉交通意外發生後，因內急，故在警察未到場前，自己一個人到附近茶餐廳如廁，又聲稱其到茶餐廳之目的只是如廁，並非與第一嫌犯一同到茶餐廳商討處理事故，根本不清楚第一嫌犯亦曾到過茶餐廳。

26. 但實際上，上述意外發生後，第一、第二嫌犯曾共同進入附近之“xx 美食”，兩人在該店舖內交談，第二嫌犯還將一支樽裝飲品交予第一嫌犯飲用。
27. 第一嫌犯在受酒精影響下駕駛期間，沒有遵守“STOP”強制停車符號的停車義務，引致前述交通意外，並造成被害人身體完整性受到嚴重傷害。第一嫌犯在自願及有意識的情況下，作出上述行為。
28. (部份)
第一嫌犯在前述意外發生後，明知被害人已因受傷而失去意識躺臥地面上，卻沒有即時報案救助，反而不停留在意外現場約 15 分鐘。第一嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，故意作出上述行為。
29. 第二嫌犯獲告誡不實作證的法律後果，且經宣誓後仍以證人身份向檢察院提供與事實不符的陳述，目的是妨害司法公正之實現。第二嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，故意作出上述行為。
30. 治安警察局對第一嫌犯沒有遵守“STOP”強制停符號的停車義務，導致是次交通意外之行為，根據第 3/2007 號《道路交通法》第 99 條第 2 款的規定，對其科處澳門幣 2,000 元的罰金。直至 2021 年 9 月 21 日，第一嫌犯仍未繳納該罰金。第一嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，故意作出上述行為。(參見卷宗第 240 至 243 頁、第 269 頁)
31. 第一、第二嫌犯清楚知悉其行為違法，會受法律制裁。

此外，審判聽證亦證實以下事實：

- 第一嫌犯聲稱為送貨司機，月入澳門幣 16,000 元，需供養母親、妻子及一名子女，具初中一學歷。
- 第二嫌犯聲稱從事地盤散工，日入澳門幣 700 元，需供養父母及一名子女，具初中一學歷。
- 刑事紀錄證明顯示，第一嫌犯為初犯。
- 根據卷宗第 334-336 頁之交通違例表，根據第 3/2007 號法律《道路交通法》第 99 條第 2 款的規定，對第一嫌犯所科處澳門幣 2,000

元的罰金。直至 2022 年 1 月 12 日，第一嫌犯仍未繳納該罰金。

第二嫌犯非為初犯：

- 於 2016/05/06，因觸犯一項過失嚴重傷害身體完整性罪，被初級法院第 CR2-15-0001-PCC 號卷宗判處 1 年 3 個月徒刑，徒刑暫緩執，為期 2 年，自判決確定後起計算。禁止駕駛，為期 1 年。// 嫌犯於該案被判處的刑罰基於緩刑期屆滿而消滅。
- 於 2021/07/29，因觸犯一項在不法賭博的現場罪，被初級法院第 CR1-20-0365-PCS 號卷宗判處 30 日罰金，日金額 50 澳門元，罰金總金額 1500 澳門元，如不繳付罰金或不以勞動代替，則轉為 20 日徒刑。有關判決於 2021/09/20 轉為確定。//於 2021/11/15 嫌犯已繳交相關罰金。

民事請求方面的獲證事實：

經庭審聽證，除與控訴書的獲證事實相符的事實視為得以證實之外，民事請求書及提出的以下事實亦視為得以證明：

- A conduta do 1º Demandado resultaram as feridas descritas nos relatórios a fls. 30, 31, 226 e 228 dos autos, que aqui se dão por inteiramente reproduzidas, nomeadamente hemorragia subdural, hematoma na região do septo pelúcido, múltiplas fracturas de ossos, pneumotórax, enfisema subcutâneo, múltiplas lesões cerebrais, feridas essas que causaram necessariamente perigo à vida do mesmo (Vide também Doc. 3 - Sumário de Alta/Transferência da Unidade de Cuidados Intensivos do Centro Hospitalar Conde de S. Januário (doravante “C.H.C.S.J.”))
- O Demandante foi imediatamente admitido no hospital do dia 29 de Novembro de 2020 e transferido para a Unidade de Cuidados Intensivos no dia seguinte, ainda inconsciente, para ser sujeito a intubação com ventilação mecânica (Vide Doc. 3)
- Depois, após a sua reaquisição de consciência, o Demandante foi

extubado em 19 de Dezembro de 2020 e transferido para a Unidade de Cirurgia Geral II “(CIR II)” em 21 de Dezembro de 2020, para receber acompanhamento por outros departamentos médicos e por se descobrir que o mesmo também sofria de afasia por consequência dos ferimentos acima referidos causados pelo embate (Vide Doc. 4 – Sumário de Baixa da Neurocirurgia).

- Ora essa afasia, que se repercute até ao dia de hoje, é reflectida na sua baixa capacidade de processar e compreender palavras e mensagens faladas.
- O Demandante foi posteriormente transferido para a Enfermaria para Reabilitação Comunitária Geriatria (“ACC”) a 29 de Janeiro de 2021 para receber acompanhamento com terapia da fala (*speech therapy*) e fisioterapia (Vide Doc. 4 e Doc. 5 – Nota de Progresso da Terapia de Fala)
- O Demandante apenas obteve alta médica a 9 de Março de 2021.
- Por consequência do acidente, o Demandante sofreu e continuará a sofrer dificuldades de fala e compreensão (afasia) e dificuldades de movimentação corporal para o resto da sua vida (Vide Doc. 6 – Formulário de Avaliação Neurológica).
- Aquando do acidente, o Demandante era empresário comercial e desempenhava funções de cozinheiro e vendedor no estabelecimento “xx 糕點” registado sob o seu nome (Vide Doc. 7 – Pública-forma do formulário M/1 das Finanças), actividade da qual retirava o sustento do seu agregado familiar, que dele dependia, e que em média atingia a quantia mensal de MOP\$25,000.00.
- No entanto, devido ao acidente e em consequência directa e necessária da conduta ilícita e negligente do 1º Demandado, o Demandante, que esteve internado desde o dia 29 de Novembro

de 2020 a 9 de Março de 2021 (101 dias), fiou e continua a estar impossibilitado e incapaz de trabalhar e gerir o estabelecimento “xx 糕點”.

- Durante o período de reabilitação, encontrando-se o Demandante impossibilitado de trabalhar, o Demandante não teve outra opção senão a de requerer a pensão de invalidez ao Fundo de Segurança Social, pensão a qual continua a receber até ao presente momento (Vide Doc. 8 – Comprovativo do Fundo de Segurança Social).
- O Demandante, que gerava tal negócio numa fracção autónoma arrendada com endereço em Macau, em 澳門風順堂街 x 號 xx 大廈地庫 CE, pagava uma renda mensal de HKD\$15,750 (Vide Doc. 9 – Cópia do Contrato de Arrendamento), que tinha sido posteriormente diminuído para HKD\$15,325.00 devido às dificuldades impostas pela pandemia COVID-19, montante que corresponde a MOP15,828.59.
- E teve de continuar a pagar tal renda através da sua mulher durante o período da baixa médica, não obstante o seu estado de inconsciência e estando incapaz de auferir lucros para tal pagamento.
- Após o acidente, o Demandante foi imediatamente internado no C.H.C.S.J., onde recebeu os tratamentos acima descritos e após o que recebeu um “Aviso de Pagamento” na montante de MOP\$102,203.00, pelo qual ainda não foi requerido a pagar, por o próprio C.H.C.S.J. entender que se trata de uma situação correspondente à prevista pelo art. 3º, nº 4, do Decreto-Lei nº 24/89/M de 15 de Março, ou seja, por se tratar de cuidados de saúde que tenham resultado de acidente em que se possa presumir um responsável ou responsáveis (Vide fls. 296 a 300 dos

autos).

- Assim, por consequência do acidente e excluindo as despesas supra referidas relacionadas com o internamento, o Demandante já despendeu até ao presente momento, pelo menos, cerca de MOP\$5,471.00 no C.H.C.S.J. nas demais consultas após o internamento, conforme os dados da seguinte tabela: (Vide Docs. 10 a 33 – Aviso de pagamento e Recibos de Quitação do C.H.C.S.J.)
- Tendo expendido pelo menos cerca de MOP\$2,625.00 em medicamentos por consequência do acidente (Vide Docs. 34 a 37 – Prescrições médicas do C.H.C.S.J. e correspondentes recibos de compra).
- Assim como pelo menos cerca de MOP\$480.00 em tratamentos em outras entidades clínicas por consequência do acidente (Vide Doc. 38 – Formulário M/7).
- E ainda cerca de MOP\$2,203.00 devido às viagens/deslocações feitas ao hospital através de táxi e autocarro (Vide Docs.39 a 51 – Recibos)
- E ainda MOP\$77.56 para a substituição da capa do telemóvel, que ficou estragado por consequência do acidente (Vide Doc.52 – Recibo)
- As feridas descritas nos relatórios a fls. 30, 31, 226 e 228 dos autos, que aqui se dão por inteiramente reproduzidas, incluindo hemorragia subdural, hematoma na região do septo pelúcido, múltiplas fracturas de ossos, pneumotórax, enfisema subcutâneo, múltiplas lesões cerebrais e afasia (Vide Docs. 3, 4, 5 e 6).
- Sujeito a tratamentos de intubação e internamento, o Demandante encontrou-se sob a dependência total dos cuidados médicos e das pessoas ao seu redor para a satisfação das suas

necessidades,

- Afasia essa que dificultará o dia-a-dia do Demandante para daqui em diante, por ter agora uma capacidade bastante diminuta de falar e compreender o que os outros estão a dizer.
- O Demandante fica-se com frustração, decepção, tristeza, desgosto e sofrimento.
- *No relatório da perícia colegial constante de fls. 481 dos autos, foi atribuído ao Demandante um período de 501 dias de Incapacidade Temporária Absoluta, de 29/11/2020 a 13/04/2022, **data da realização da perícia, e em que o mesmo foi considerado curado.**
- O Demandante não precisa continuar recebendo tratamento médico, pois o acidente ocasionou as sequelas de perda de memória e Afasia.
- O Demandante sofre de uma IPP de 20%.
- Na data do acidente, o Demandante tem 64 anos de idade.

同時，民事被請求人（保險公司）所呈交之民事答辯書提出的以下事實亦視為得以證明：

- A R., ora contestante, aceita que, na data do acidente, a responsabilidade cível perante terceiros, emergente da circulação do veículo automóvel ligeiro de passageiros (táxi) de matrícula MY-xx-xx, havia-lhe sido transferida através do contrato de seguro titulado pela apólice nº 00735521, do ramo automóvel. (doc. nº 1)

未證事實：

本案例事部份存在與獲證事實不相符合的未證事實：

- 嫌犯在前述意外發生後，將被害人遺棄在路面上，其行為可導致被害人因延誤救治而加重傷患。

本案例中，民事請求書所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實均視為未證事實，或與訴訟標的並無關聯，尤甚如下：

- Devido ao acidente, o Demandante ficou e está incapacitado de continuar a realizar trabalho que sempre tinha feito, nomeadamente cozinhar, servir, contactar clientes, vender produtos, angariar nova clientela, e planear ou executar as demais tarefas relacionadas com a gestão de um estabelecimento de comidas.
- O Demandante nunca mais poderá ser “normal” como já foi, as sequelas deixadas pelo acidente ao nível neurológico afectam gravemente a sua capacidade de ganho.
- Além disso, na véspera de alguns dos festivais e feriados mais lucrativos do ano: o Natal, a passagem do Ano, e o Ano Novo Chinês, o que significa que o Demandante estaria a auferir, se não tivesse ficado incapacitado pelo acidente, montantes mais elevados que a média acima indicada durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro.
- O Demandante, por causa do acidente, nunca mais poderá gerir o estabelecimento que geria anteriormente ao acidente, o que não mais lhe permitirá auferir lucros para si mesmo e sustentar a sua família.

另外，民事被請求人(保險公司) 提交之民事答辯書所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實均視為未證事實，或與訴訟標的並無關聯。

- O 1º demandado/arguido (condutor do Taxi) tinha 1,4g/1 de álcool no sangue na altura do acidente.

三、法律部份

本程序需要審理嫌犯以及民事被請求人保險公司的兩個上訴。

嫌犯上訴人在其上訴理由中，認為其在本案中態度合作，為一個家庭之父親、有正當職業及沒有犯罪前科，原審法院並沒有給予上訴人(A)第二次機會，認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇足以實現處罰的目的，從而指責被上訴的合議庭裁判違反《刑法典》第 48 條第 1 款之規定，請求給予緩刑。

保險公司上訴人在其上訴理由中，不認同原審法院所確定的有關受害人的工資損失金額、支付鋪頭的租金的金額以及受害人的部分永久無能力的損失賠償金額，請求予以減少。

我們逐一看看。

(一) 緩刑的適用

在適用《刑法典》第 48 條第 1 款之規定時，必須考慮是否滿足了緩刑的形式前提及實質前提。

形式前提是指不超過 3 年的徒刑，而不可暫緩執行其他非剝奪自由刑。

實質前提是指法院必須整體考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節、僅對事實作譴責並以監禁作威嚇是否可適當及足以實現處罰的目的，即以特別預防及一般預防作為給予緩刑的界限；具體地說，尚可預見行為人受到刑罰的威嚇和譴責後，即會約束自己日後行為舉止，從而不再實施犯罪，以及即使徒刑被暫緩執行，亦不致動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，無削弱法律的權威和尊嚴。

在本案中，原審法院判處上訴人以 1 年 6 個月 13 日徒刑，在形式上已符合了《刑法典》第 48 條第 1 款所規定的要件。

在實質要件方面，雖然上訴人為初犯，但上訴人身為職業司機，理應更注重自己的職業操守，謹慎駕駛，但其於本案中的行為卻明顯相反，因沒有遵守強制停車符號的讓先義務而釀成車禍，而明顯顯示其不法性甚高，過失程度亦高。

更嚴重的是，上訴人在造成交通事故後，尤其是受害人處於昏迷狀態之後，擔心其曾經飲酒的事實敗露而大量飲用飲料意圖稀釋體內酒精濃度。雖然上訴人的在受酒精影響下駕駛的重過失行為已經被構成犯罪的要件使用不能再次被衡量，包括判處《道路交通法》第 96 條第 3 款的輕微違反，但是，其體內的酒精含量接近《道路交通法》第 90 條第 1 款的罪刑所規定的含量以及事後故意引用飲料以稀釋酒精濃度的行為，顯示其行為的可譴責性極高。

另外，就一般預防犯罪的需要方面，雖然經過長期對交通安全的推廣，但本澳交通安全問題卻變得越來越嚴重，反映出駕駛者的道路安全意識仍然非常不足，往往因此為他人的身體完整性甚至生命帶來不可逆轉的負面後果。

那麼，根據從中所表現的上訴人的人格、犯罪的情節、犯罪前後之行為及犯罪的預防的要求，明顯顯示僅對事實作譴責並以監禁作威嚇未能適當及不足以實現處罰的目的，也不能給予我們足夠的信心使上訴人不再實施不法事實或犯罪，尤其是不再重蹈覆轍地作出違反《道路交通法》的行為，原審法院的不適用緩刑的決定沒有違反了《刑法典》第 48 條的規定，應該予以維持。

（二）民事請求賠償金額的確定

1、民事被請求人保險公司的上訴沒有就構成民事責任賠償的要件的問題提出爭議，而僅就原審法院的確定的部分賠償金額（如上訴所提到的，就涉及民事原告的工資損失、鋪頭的租金以及民事原告的 IPP——部分永久無能力——損失）提出反對意見。

雖然，上訴人在上訴狀中也提出了原審法院的判決陷入了審查證據的明顯錯誤以及獲證事實不足以支持其法律適用的瑕疵（卷宗第 734 頁），但是，上訴人沒有就此僅屬於事實事宜的上訴理由展開闡述，使得上訴法院能夠明白其上訴理由與所質疑的被上訴決定之間的聯繫。事實上，上訴人的上訴主張是在沒有對原審法院所認定的事實提出任何質疑的情況下，所提出的純粹屬於法律層面的上訴問題，也就是根據已證事實確定民事責任賠償的金額的事宜。

2、上訴人質疑原審法院的事實認定的瑕疵唯一切題的是對原審法院確定受害人的每月“工資收入”的金額的事實的質疑。

但是沒有道理。

上訴人質疑 2.5 萬元作為其工資的基數金額，因為這代表著民事原告的店鋪的超高利潤，而實際上，根據受害人的報稅單據，受害人的店鋪的 2021 年的收益僅為每月 2900 澳門元。

我們應該理解，作為經營餐廳的企業主，民事原告的工資收入應該以廣義去理解，而不能僅限於叫做“工資”的金額來確定，尤其是像本案的民事原告其經營的餐廳的年收入表現於 M1 的營業稅申報之中。

然而，上訴人所質疑的理由不能成立。一者，受害人於 2021 年受傷，不能以其所申報的 2020 年的稅單的損益表為基礎，而應該以 2021 的報稅表的損益表為基礎，因此，原審法院所確定的受害人的“工資”金額的事實不存在審查證據的明顯錯誤。

3、關於上訴人所提出的有關民事原告的工資損失的決定，首先，上訴人所質疑是原審法院所確定的賠償跨越了一般人 65 歲的退休年齡。但是，先不說上訴人這個上訴理由是否成立，上訴人作出了明顯錯誤的算數公式：民事原告出生於 1957 年 10 月 11 日（卷宗第 26 頁），而原審法院判處上訴人賠償其這部分的損失至 2022 年 4 月 13 日的時候，民事原告尚未滿 65 歲。

另一方面，受害人的工資損失屬於一項已經發生的損失，而非將來的損失，那麼，在本案中，上訴人提出所判處的賠償跨越退休年齡沒有任何意義。

4、關於上訴人所提出的民事原告因交通意外受而被迫由其妻子支付的鋪頭租金的賠償的確定的問題，上訴人有道理。

原審法院認定已證事實部分顯示：

“- No entanto, devido ao acidente e em consequência directa e necessária da conduta ilícita e negligente do 1º Demandado, o Demandante, que esteve internado desde o dia 29 de Novembro de 2020 a 9 de Março de 2021 (101 dias), ficou e continua a estar impossibilitado e incapaz de trabalhar e gerir o estabelecimento

“xx 糕點”。

- Durante o período de reabilitação, encontrando-se o Demandante impossibilitado de trabalhar, o Demandante não teve outra opção senão a de requerer a pensão de invalidez ao Fundo de Segurança Social, pensão a qual continua a receber até ao presente momento (Vide Doc. 8 – Comprovativo do Fundo de Segurança Social).
- O Demandante, que gerava tal negócio numa fracção autónoma arrendada com endereço em Macau, em 澳門風順堂街 x 號 xx 大廈地庫 CE, pagava uma renda mensal de HKD\$15,750 (Vide Doc. 9 – Cópia do Contrato de Arrendamento), que tinha sido posteriormente diminuído para HKD\$15,325.00 devido às dificuldades impostas pela pandemia COVID-19, montante que corresponde a MOP15,828.59.
- E teve de continuar a pagar tal renda através da sua mulher durante o período da baixa médica, não obstante o seu estado de inconsciência e estando incapaz de auferir lucros para tal pagamento.”

從中我們看到，受害人“工作”的店鋪，並沒有因其處以昏迷以及住院的事實而停業，相反由其家人繼續經營，另外，從受害人的 M1 報表的損益表可見，有關的場所的收益從 2020 年的 3.5 萬劇增至 2021 年的 35 萬，在這種情況下，作為繼續經營的店鋪的租金，受害人必須繼續支付屬於合理之事，無論是誰人支付，但不能作為受害人的損失得到補償。

因此，廢止原審法院這部分的被上訴決定。

4、最後，上訴人針對民事請求人得到判處的因遭受 20%的長期部分無能力的損失的 35 萬元的賠償提出上訴理由，以作為受害人在出事時年愈 64 歲以及高額的賠償不合理為由。

我們一直同意，因永遠失去工作能力的損失，是已遭受了的損失，是

現行的損失，而不是將來的損失。而對此損失的賠償，在無法確定地定出賠償的金額的情況下，由法院根據《民法典》第 560 條第 6 款所規定的衡平原則作出。

終審法院於 2012 年 11 月 7 日在 62/2012 號上訴案中的判決中曾經確定：“在本案中，受害人自其出院時失去收入能力的減低，最終不可挽回地失去了，其無能力率為 5%(總體無能力)，這屬於一項現在的損失，而不是將來的”。

基於此，首先我們要強調的是，原審法院這部分的決定並非受害人將來的損失，而是已經發生的損失，而原審法院所考慮的民事請求人預計可工作的最大年齡，僅僅是一個考慮的因素，而並非損失的決定事項。上訴人這部分上訴理由明顯不能成立。

那麼，既然法律容許法院就此方面的損失的確認依照衡平原則定出賠償金額的司法決定，上訴法院的介入也只有在原審法院的決定明顯不合適以及明顯不公的情況下才有空間。雖然如此，我們在考慮到這部分損害雖然為現有的損害，但始終並非可以簡單物質化的損害，而仍然具有單純給予受害人“安慰”的功能，尤其是應該對人的身體完整性的價值予以重要性的考慮，根據原審法院所依據的決定理由以及所依據的證據，尤其考慮到民事原告的年齡、工作收入等因素受到現在的傷殘的影響的深度和廣度，對遭受 20%的傷殘率的賠償 35 萬澳門元的決定並不存在明顯的不平衡，應該予以維持。

上訴人這部分的上訴理由不能成立。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定：

- 第一嫌犯的上訴理由不成立，予以駁回。
- 第二民事被告的上訴理由部分成立，作出符合以上決定的改判。

本程序的訴訟費用的支付，刑事部分由第一嫌犯支付，民事部分由上訴人和被上訴人按落敗的部分分別支付。

澳門特別行政區，2024 年 2 月 7 日

蔡武彬

(裁判書製作人)

陳廣勝

(第一助審法官)

譚曉華

(第二助審法官)